

COMISSÃO DO ESPORTE

PROJETO DE LEI Nº 2.434, DE 2023

Dispõe sobre incentivos e benefícios fiscais para fomentar as atividades desportivas de clubes brasileiros de futebol de menor investimento e dá outras providências.

Autor: Deputado LUCIANO AZEVEDO

Relator: Deputado PAULINHO FREIRE

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei em exame tem por objetivo conceder incentivo fiscal às pessoas físicas e jurídicas que realizarem doações a clubes de futebol.

A sistemática proposta autoriza a dedução de até 2% do imposto de renda devido, no caso de pessoa jurídica, e 7%, no caso de pessoa física. Não há nenhum condicionamento quanto ao uso do recurso doado. Pode ser utilizado para qualquer finalidade que o clube definir.

Os clubes beneficiários das doações incentivadas devem preencher os seguintes requisitos:

- se constituírem como associações esportivas sem fins lucrativos ou assemelhados cujo existência tenha, pelo menos, 20 (vinte) anos, tendo, no mínimo 10 (dez) anos de atividades ininterruptas;
- terem faturamento bruto de até 2 (dois) milhões de reais por ano, não incluindo neste cálculo qualquer tipo de doação;
- terem disputado campeonatos profissionais regulamentados pelas federações estaduais ou pela entidade máxima do futebol no Brasil nos últimos cinco anos ininterruptos;



- não se constituírem como Sociedades Anônimas de Futebol – SAF.

A prestação de contas deve ser feita não ao Ministério da Fazenda, mas ao Ministério do Esporte.

A matéria encontra-se distribuída à Comissão do Esporte (CESPO), para exame conclusivo de mérito; à Comissão de Finanças e Tributação (CFT), para exame conclusivo de mérito e parecer terminativo de adequação financeira e orçamentária; e à Comissão de Constituição, de Justiça e de Cidadania, para exame de constitucionalidade e juridicidade, em parecer terminativo.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental na Comissão do Esporte.

É o **relatório**.

II - VOTO DO RELATOR

O futebol é um dos maiores símbolos de nossa identidade nacional. Tivemos seleções e jogadores que se transformaram em ícones do jogo bonito, em que a criatividade e ginga do povo brasileiro se transmutaram em inesquecíveis dribles, jogadas e gols. Além disso, o futebol é o esporte mais praticado e assistido no Brasil. Em todo lugar há um campo, por mais improvisado que seja. E quando falta o campo, a bola rola na rua.

A elevada capilaridade do futebol até os últimos rincões do País é acompanhada pela multiplicidade de clubes de futebol centenários, que fazem parte da cultura popular regional, como acertadamente expressou o autor da proposição. Nesse conjunto estão clubes com menor expressão e de menor investimento, mas que são essenciais para promover o esporte e a formação de jovens atletas. Esse futebol reconhecido internacionalmente e o mais praticado e assistido em todas as regiões do País precisa também desses clubes menores para se perpetuar.



As instituições centenárias que não contam com as elevadas somas dos contratos de transmissão de imagem, que vivem na incerteza dos patrocínios, mais vultosos ou escassos a depender da região, e, ainda por cima, que sofrem, como disse o nobre autor, da “herança de péssimas gestões passadas”, têm enfrentado muitas dificuldades para se manter no jogo.

Como muito bem afirmado em sua justificativa, o autor descreve que “Com muito empenho e dedicação, dirigentes desses clubes conseguem driblar as adversidades para colocar os seus times em campo, na disputa de campeonatos, para a alegria de seus torcedores e simpatizantes.”

Além disso, há um ponto levantado pelo Deputado Luciano Azevedo que se mostra central no âmbito esportivo. O incentivo proposto poderá “promover a igualdade e a equidade no esporte, podendo nivelar as competições esportivas e dar a todos os atletas melhores condições de disputar um campeonato”. A competitividade pressupõe equilíbrio de condições. Não há competição quando há muita desigualdade.

Todas essas considerações levam ao reconhecimento do mérito desta iniciativa. O projeto de lei em exame, se aprovado, contribuirá para a preservação desse rico patrimônio nacional. O incentivo aos clubes de futebol profissional com faturamento de até dois milhões de reais por ano, constituídos como associações esportivas sem fins lucrativos e com ao menos vinte anos de atividades, dez deles ininterruptos, promoverá a diversidade de times e campeonatos e a sustentabilidade da maior expressão esportiva brasileira.

Diante do exposto, nosso voto é pela **Aprovação do Projeto de Lei nº 2.434, de 2023**, do Sr. Luciano Azevedo.

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputado PAULINHO FREIRE

Relator

